

Tesouro dos EUA, FMI e investidores esperam agora a ação do Congresso

Washington espera sinais de apoio do Congresso para definir participação americana na ajuda ao País

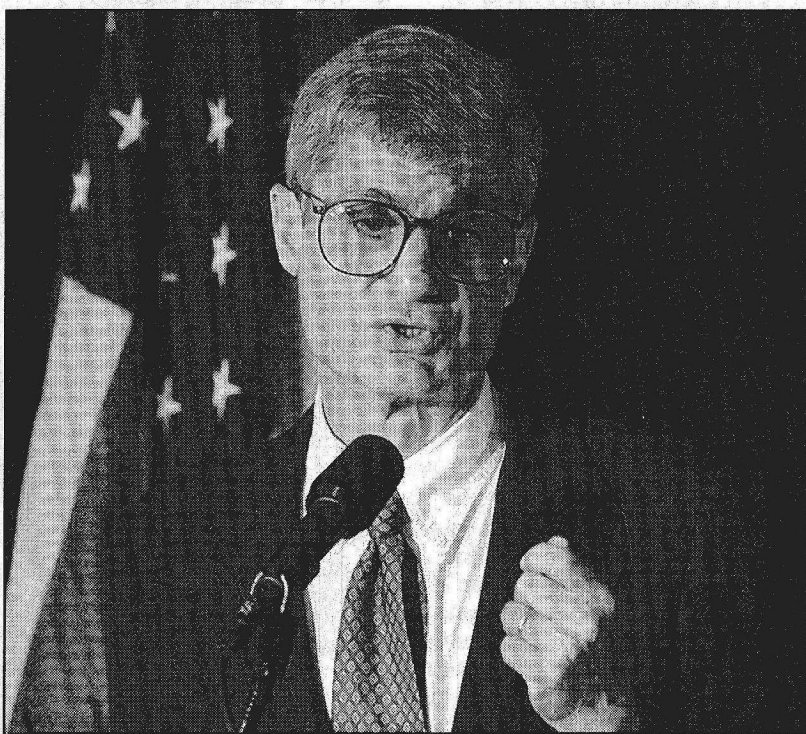
PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — O mercado de capitais e a comunidade financeira oficial receberam com um misto de cautela e ceticismo o programa de saneamento das contas públicas brasileiras anunciado na noite de terça-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e detalhado ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Os papéis brasileiros voltaram a subir no mercado secundário, depois de quatro dias consecutivos de queda. Mas autoridades e operadores do mercado deixaram claro que a avaliação do rumo da economia brasileira depende crucialmente, agora, da disposição do Congresso de apoiar o plano fiscal apresentado pelo Executivo e resolver o problema de credibilidade que o País tem hoje, por causa dos muitos planos fiscais que apresentou e ficaram no papel.

“O Brasil deve aplicar firmemente o plano de impostos mais altos e cortes de gastos proposto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no momento em que age para evitar uma desvalorização de sua moeda”, disse o secretário do Tesouro, Robert Rubin, na noite de terça-feira, em Nova York. “Ao que entendo, é um programa fiscal forte (...) e isso é o que o Brasil precisa fazer”, acrescentou. “A chave agora é ir adiante e aplicá-lo vigorosamente.” A declaração de Rubin indica que Washington esperará sinais do apoio do Congresso ao programa fiscal antes de tomar uma decisão sobre a participação dos EUA numa linha de crédito preventiva, de pelo menos US\$ 30 bilhões, que está sendo montada em torno de um acordo em discussão entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional.

Um porta-voz do Fundo disse que o plano de política fiscal “representa importante progresso na execução do programa de estabilização e reforma do Brasil, que será apoiado pelo FMI e por outros membros da comunidade internacional”. A declaração da organização foi breve, mais de constatação de fatos, e



Rubin: “É um programa fiscal forte e isso é que o Brasil precisa fazer”

MISSÃO DO FMI PODE VIR AO PAÍS NA SEMANA QUE VEM

parece ter sido medida para evitar que a negociação da participação do FMI na operação de socorro à economia brasileira seja usada no debate interno no País pelos adversários do ajuste para diluir a noção de que o programa é de autoria e responsabilidade do Brasil, cabendo ao Congresso e aos governadores de Estado as ações necessárias para garantir sua aplicação. De imediato, está claro no FMI que o pronto endosso do plano fiscal pelo Congresso é o próximo passo essencial.

Até ontem à tarde não estava decidido o próximo passo nos entendimentos entre o governo e o FMI. Fontes bem informadas indicaram que a equipe econômica está inclinada a convidar uma missão do Fundo a Brasília para retomar as discussões, no início da semana que vem. Seria mais prático do que enviar uma missão brasileira a Washington, porque as informações e pessoas necessárias à discussão estão todas em Brasília. Além disso, com a autoria brasileira do programa estabelecida por seu anúncio, há menos preocupação no governo com o efeito político da presença da missão do FMI no País.

A expectativa é que a aprovação na semana que vem da reforma da Previdência, que depende da votação de três destaques na Câmara, dê um importante impulso às negocia-

ções do acordo com o FMI e com os demais órgãos multilaterais e governos industrializados sobre a estrutura e os termos da linha de crédito de contingência de US\$ 30 bilhões que eles devem abrir ao País.

“O tamanho do pacote é considerável”, disse Marcelo Allain, economista do banco BMC, em São Paulo, referindo-se ao programa de ajuste fiscal. “Ele está um pouco acima das expectativas do mercado.” A dúvida, que o mercado não esperará muito tempo para ver dirimida, é se os deputados e senadores respaldarão Fernando Henrique.

“A questão é o apoio político doméstico”, disse Jorge Mariscal, do banco de investimentos Goldman Sachs. “Vamos ter de ver agora como (o plano) será recebido no Congresso”, acrescentou, chamando atenção para a preocupação que as incertezas sobre sua aprovação e execução provocam entre investidores. Na terça-feira, rumores de que o governo brasileiro desvalorizaria a moeda ajudaram a derrubar a Bolsa de Nova York, apesar do desmentido oficial feito por Brasília.

O problema de credibilidade que o País enfrenta foi ilustrado ontem por uma declaração de Harry Laubscher, um analista de mercado da firma de investimentos Tucker Anthony, à agência Reuters. “O mercado foi afetado pelos rumores de que o Brasil desvalorizaria e eles (os brasileiros) provavelmente desvalorizarão, mas não antes da semana que vem, depois de receber o pacote do FMI”, disse.